

1ª quinzena de abril de 2001

AD
VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 79

Exército argentino barra quase mil
ativistas anti-Alca na fronteira

Cerca de mil ativistas brasileiros que se dirigiam a Buenos Aires para participar de uma manifestação internacional e pacífica contra a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), programada para o dia 6 de abril, foram barrados na fronteira Argentina. São 20 ônibus parados em Paysandú, no Uruguai, e 4 ônibus barrados em Uruguiana, no Brasil.

Os ativistas foram constrangidos a assinar documento que os qualifica como "pseudoturistas". Esta designação, segundo a legislação de migração argentina, permite o enquadramento criminoso dos brasileiros, autorizando a prisão imediata assim que pisassem em solo argentino.

A atitude do governo argentino foi considerada pelo secretário de relações internacionais da CUT, Kjeld Jacobsen, "absolutamente antidemocrática e anti-ética, uma vez que havia sido acordado com a Polícia Federal argentina a entrada pacífica destes ativistas. Inclusive foi acertado que os ônibus com os manifestantes seriam escoltados até Buenos Aires, por motivo de segurança, uma vez que reuniam cerca de mil pessoas".

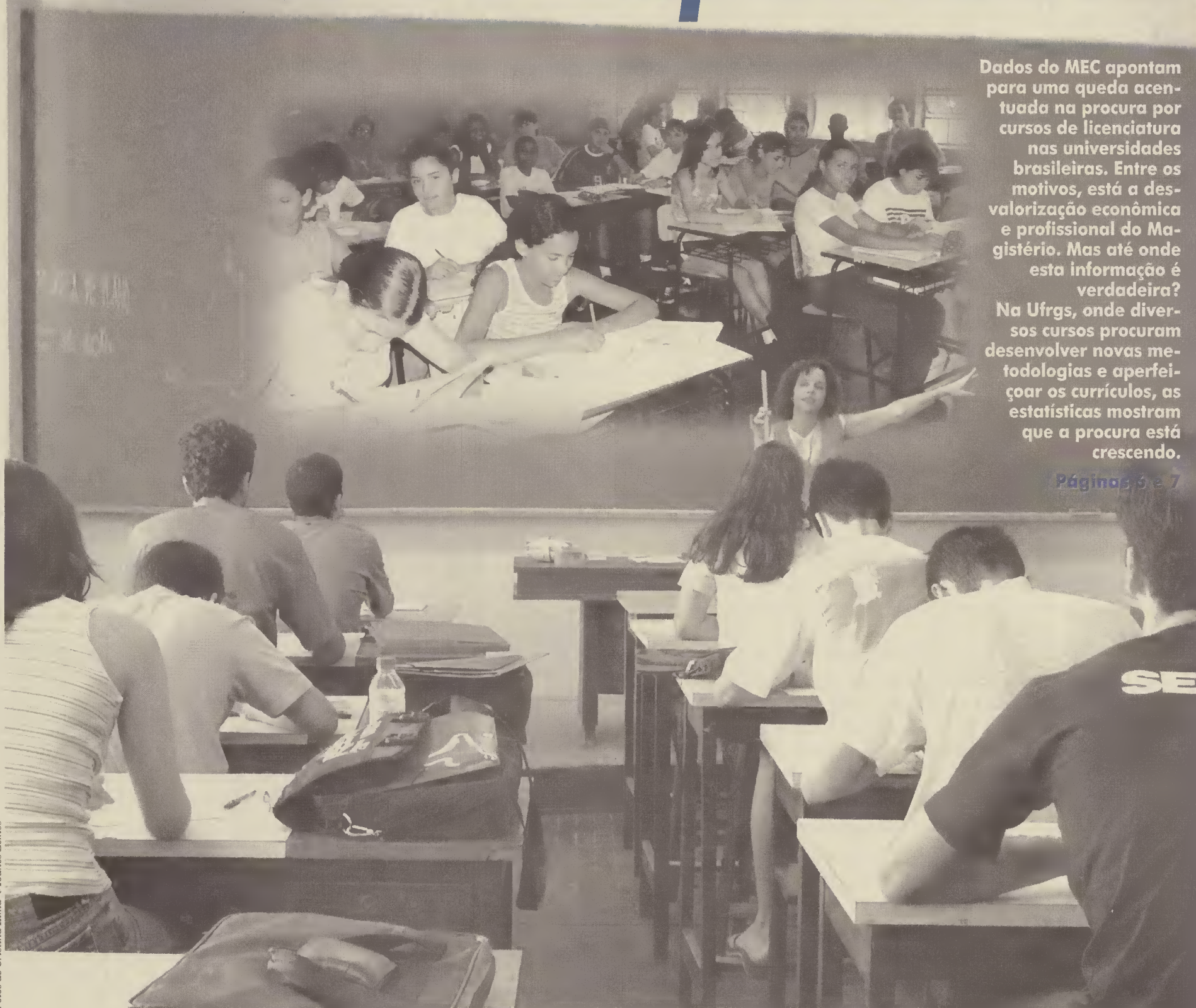
Nota divulgada pelo Comitê Gaúcho do Fórum Social Mundial no dia 6 de abril

Licenciaturas:
Crise ou expansão?

Dados do MEC apontam para uma queda acentuada na procura por cursos de licenciatura nas universidades brasileiras. Entre os motivos, está a desvalorização econômica e profissional do Magistério. Mas até onde esta informação é verdadeira?

Na Ufrgs, onde diversos cursos procuram desenvolver novas metodologias e aperfeiçoar os currículos, as estatísticas mostram que a procura está crescendo.

Páginas 6 e 7





Do emprego público à Alca

De Brasília a Buenos Aires, seguem os protestos contra a globalização econômica. Aqui e lá, representantes da Adufrgs se somam à legião crescente dos insatisfeitos com os rumos do nosso planeta. As manifestações contra a Alca tornaram-se duplamente simbólicas em uma Argentina abalada pelo cisma neoliberal. Primeiro, porque a reunião preparatória à Cúpula das Américas, que acontece ainda este mês em Quebec, tem um caráter definidor em relação à implantação da Alca. Conseqüentemente, será decisiva para o futuro do (já cambaleante) Mercosul.

Até o fechamento desta edição (sexta-feira, dia 6 de abril), cerca de 24 ônibus do Rio Grande do Sul, estavam trancados nas fronteiras com o Uruguai e Argentina, impedidos de chegar a Buenos Aires. A maior parte das delegações era de trabalhadores ligados à CUT e de estudantes.

A arbitrariedade, que gerou protestos nas zonas de barreira, denuncia o caráter autoritário dos governos neoliberais. Desde Seattle, marco das lutas antiglobalização econômica, os representantes da elite financeira internacional têm usado poder de polícia para barrar os movimentos sociais. Na Argentina, por exemplo, os brasileiros foram recepcionados pelo Exército.

Como Buenos Aires, a cidade do Quebec, no Canadá, está sendo situada para a realização da Cúpula

das Américas. E a OMC, alvo de protestos em todo o mundo, já anunciou que sua próxima reunião será em Catar (um pequeno país no deserto saudita). O objetivo é ficar longe dos protestos. O movimento antiglobalização, porém, revigora desde o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, promete intensificar e diversificar suas manifestações mundo afora.

Na matéria de capa desta edição, tratando dos cursos de licenciaturas, o jornalista Marco Weissheimer adverte que a Área de Livre Comércio das Américas prevê, entre outras ameaças à soberania dos países da América Latina, a desregulamentação do setor de serviços. No bom português, isso significa a remoção de obstáculos para o avanço da iniciativa privada também na área da Educação.

Daí a importância da Marcha de Brasília, palco de manifestações contra outra arapuca dos projetos neoliberais, em sua versão verde-amarela: o projeto de Emprego Público, que ameaça não só a atividade docente como a autonomia das instituições federais de ensino. O Conselho Universitário da Ufrgs, reunido no final de março, aprovou uma moção de desacordo com a quebra do Regime Jurídico Único. A nota, reproduzida na página 3, também convoca as entidades vinculadas à Educação Superior a pressionar o Congresso Nacional, no sentido de assegurar a rejeição do projeto do MEC.

Consumidores rejeitam transgênicos

O cada vez mais disseminado "consumo crítico", entre os europeus, acabou por derrotar os transgênicos na Espanha. O jornal espanhol El País informou dia 27 que, "discretamente, sem fazer publicidade", o grupo Nabisco (marcas Royal, Artich, Oreo, Digesta, Marbú, Fontaneda, Riera Marsá e Fruco) e outras empresas menores deixaram de fabricar bolachas, cremes, sopas e sobremesas com soja ou milho geneticamente manipulados. "O motivo foi a rejeição dos consumidores", afirma a matéria. As comidas "trans", como são conhecidas na Espanha, são vistas com muita desconfiança pelos europeus. Se há poucas semanas, elas vinham com a inscrição "geneticamente modificadas" no rótulo, não surpreende se, na tentativa de retomar seus consumidores, elas não passem, agora, a expressar claramente: "não contém transgênicos".

Amazônicos preferem preservar

Os moradores da Amazônia brasileira preferem a defesa do meio ambiente ao desenvolvimento econômico da região. A resposta foi obtida por meio de uma pesquisa feita pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e o Instituto de Estudos de Religião (Iser). A notícia acabou gerando surpresa no mundo "civilizado" e repercutiu em jornais europeus que se encantaram com a idéia de que para esses habitantes a prioridade é que a selva amazônica não seja destruída. Foram entrevistadas pessoas em

nove municípios dos Estados do Acre, Pará e Rondônia que, embora nunca tenham ouvido falar em "desenvolvimento sustentável", demonstraram ter idéias muito claras a respeito. Eles não se opõem à construção de estradas na região nem à expansão agrícola, e até vêem com bons olhos a extração de minerais preciosos. Mas tudo isso, dizem eles, não pode ser às custas da destruição da selva. Mais da metade (59%) afirmam que o possível aumento de postos de trabalho não compensaria o aumento da poluição e a destruição das florestas.

Criador do "d4T" defende genéricos

Saiu no New York Times de 27 de março. O dr. William Prusoff, criador da droga da Aids stavudina ou "d4T", diz que, quanto a ele, a substância deveria ser disponível gratuitamente em países subdesenvolvidos, ou substituídos por medicamentos genéricos. O problema é que, para o caso de distribuição mais barata seria necessário apelar para a generosidade do distribuidor, a gigante farmacêutica Bristol-Myers Squibb. O médico disse que já ganhou muito dinheiro com sua descoberta e que é dono de uma grande renda pessoal. A Bristol-Myers anunciou, na semana passada, que estaria reduzindo em muito o preço da droga e removendo as barreiras contra a venda de equivalentes genéricos na África.

Conselho de Representantes



A primeira reunião do novo Conselho de Representantes da Adufrgs aconteceu na sexta-feira, dia 30 de março, na sede do sindicato. A organização dos grupos de trabalho e a questão do emprego público estavam na pauta do encontro.

Os professores José Carlos Freitas de Lemos e Círio Simon foram eleitos, respectivamente, presidente e secretário do Conselho, que é composto por docentes indicados pelos Departamentos.

Diretoria

Presidente: Rubens Weyne;
1º Vice-Presidente: Marilene Schmarczek;
2º Vice: Félix González;
1º Secretário: Mário Wrege;
2º Secretária: Daniela Fialho;
1º Tesoureiro: Edson Lindner;
2º Tesoureiro: Vanderlei Carraro;
1º Suplente: Tatiana Montanari;
2º Suplente: Carmem Lucia Bezerra Machado

MOÇÃO

Consun repudia regime de Emprego Público



Assembléia: Professores encaminharam ao Consun pedido de repúdio ao projeto de Emprego Público

A reunião do Conselho Universitário da Ufrgs (Consun) do mês de março aprovou uma moção de desacordo com a implantação do chamado regime de Emprego Público nas instituições federais de ensino superior. A proposta foi encaminhada por representantes dos professores, que integram a diretoria da Adufrgs.

O projeto de Emprego Público, que foi elaborado pelo Ministério da Educação, é uma perigosa ameaça à atividade docente e às próprias instituições. Por isso, em assembléia da categoria realizada no mês passado, foi aprovado um indicativo de greve dos professores da Ufrgs caso o governo federal decida encaminhar a proposta ao Congresso Nacional.

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, reunido em 23 de março de 2001, vem manifestar seu pleno desacordo com a alteração do atual sistema de Regime Jurídico Único para o regime de Emprego Público nas Instituições Federais de Ensino Superior, considerando que tal modificação:

1. provoca a ruptura do Sistema Federal de Ensino Superior, destruindo a identidade das Universidades Públicas Federais;
2. representa um retrocesso na construção do conhecimento, pois cerceia sua produção e difusão;
3. coloca em risco a construção de uma nação soberana.

Conseqüentemente, solicita a todas as entidades nacionais vinculadas à Educação Superior e à produção de conhecimento que desenvolvam ações que levem o Congresso Nacional a manter o atual regime de emprego e a assegurar a autonomia das Instituições Federais de Ensino.

Porto Alegre, 23 de março de 2001.

Wrana Maria Panizzi
Reitora

UFRGS

"Trote" deve respeitar cultura da paz

Todos os anos são registrados casos de abuso nos trotes das universidades brasileiras, assim como na Ufrgs. Preocupada em evitar constrangimentos aos calouros, a Universidade quer a conscientização dos alunos veteranos numa recepção cordial aos novos. Neste sentido, o Conselho Universitário (Consun) aprovou decisão propondo, a partir deste semestre, o trote orientado pela cultura da paz, repudiando práticas violentas e desrespeito à vida e à dignidade humana.

O Consun propõe a criação, em cada unidade, de uma comissão encarregada da recepção e integração dos calouros à Universidade com a participação da direção das unidades, entidades representativas dos estudantes, docentes e técnico-administrativos; a institucionalização da Semana de Recepção e Integração e o Dia do Trote, em período comum a todos os cursos; a instituição de premiação para as melhores atividades e uma menção de desaprovação para os atos de abuso.

De acordo com o Art. 185 do Regimento Geral da Ufrgs, os alunos responsáveis por atos de abuso são punidos com advertência, suspensão e até exclusão, conforme o caso.

Apesar da decisão, os trotes constrangedores não foram evitados pelos veteranos da maioria das faculdades. Na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, por exemplo, os bixos não puderam escapar da tradicional pichação no rosto — que é feita, obviamente, com tinta lavável e não-tóxica. Na Faculdade de Odontologia, os calouros desfilaram com jaleco branco e fraldas descartáveis na cabeça, além de muita tinta. Apesar das brincadeiras, não foram denunciados casos de abuso nas unidades de ensino da Ufrgs até o fechamento da edição.

ARGENTINA

Greve derrota plano que asfixiava universidade pública

A greve que praticamente parou a Argentina no dia 19 de março em repúdio ao plano econômico anunciado pelo então ministro da Economia Ricardo López Murphy, que pretendia cortar mais de 1,6 bilhões de dólares do ensino público, foi apoiada pela Andes através de uma moção de solidariedade (ver box).

Um documento do sindicato nacional de docentes pedia a "solidariedade irrestrita à luta dos universitários argenti-

nos, brutalmente atacados pelas medidas econômicas que, na prática, implicam no genocídio dos trabalhos e na destruição plena da universidade pública".

A paralisação foi uma resposta ao plano de ajuste econômico pretendido pelo ultraliberal López Murphy, que asfixiava as universidades públicas com um corte de mais de 900 milhões de dólares em dois anos.

O plano de Murphy previa também

que as províncias (Estados argentinos) assumiriam a manutenção de um fundo de complemento aos salários dos professores, gerido pelo governo federal, na ordem de 770 milhões de dólares somente para este ano.

Além disso, um corte de mais de 6 bilhões de dólares no orçamento da União era pretendido pelo ministro, que não resistiu às pressões e acabou sendo substituído por Domingo Cavallo.

Moção de solidariedade à luta dos companheiros da Universidade Argentina, contra o pacote FMI - López Murphy - De la Rúa

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior — ANDES-SN (Brasil), vem a público emprestar solidariedade irrestrita à luta dos Universitários Argentinos, brutalmente atacados pelas medidas econômicas que na prática implicam no genocídio dos trabalhos e destruição plena da Universidade Pública.

O corte criminoso de 361 milhões do orçamento de 2001 e de 542 milhões para o ano de 2001 implica um retro-

cesso de pelo menos uma década no que se refere aos orçamentos universitários.

Essas medidas configuram mais um passo no aprofundamento da destruição dos direitos sociais, da possibilidade de construção da universidade como espaço estratégico de elaboração do conhecimento e da políticas que favoreçam o conjunto da população.

Um povo sem educação e sem direitos sociais é um povo condenado à es-

cravidão. A luta pela soberania dos povos requer o combate unificado à política do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial da América.

Por salários e condições de trabalho dignas para os trabalhadores.

Contra demissões.

Pela universidade pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade social.

Pelo fim das políticas neoliberais



UNIVERSIDADE

Surge, nos Estados Unidos, a universidade mercantil (market-model university): os departamentos que “ganham dinheiro”, “estudam dinheiro” ou “atraem dinheiro” são os grandes beneficiários; os outros são negligenciados, e até abandonados

A vampirização mercantil

LE MONDE
diplomatique

AD
VERSO

Ibrahim Watrde*

Em novembro de 1998, a Universidade da Califórnia, Berkeley, fechou um acordo com a empresa suíça Novartis: uma doação de vinte e cinco milhões de dólares foi concedida ao Departamento de Microbiologia (Plant and Microbial Biology). Em contrapartida, a grande potência suíça da farmácia e da biotecnologia recebeu da universidade pública o direito de se apropriar de até um terço das descobertas feitas pelos pesquisadores do departamento (inclusive as financiadas pelo Estado da Califórnia ou pelo governo federal), assim como a concessão de negociar patentes das invenções decorrentes das pesquisas. Além disso, a universidade concedeu à Novartis o controle de duas das cinco cadeiras da Comissão de Pesquisa do Departamento, que tem a tarefa de distribuir os fundos de pesquisa.

O acordo Berkley-Novartis provocou uma gritaria. Mais da metade dos professores do referido departamento mostraram-se inseguros, pois tanto o princípio da “pesquisa para o bem público” quanto a livre troca de idéias dentro da comunidade científica ficaram ameaçados. Tom Hayden, senador pelo Estado da Califórnia, questionou “se a pesquisa biotecnológica não ficaria, daí em diante, dominada pelo interesse das empresas e se, no meio universitário, eventuais críticos dessas práticas não correriam o risco de serem amordaçados”.

Passando a sacola

É esse, no entanto, o novo modelo de cooperação entre as universidades e o setor privado. Desde o início da “revolta fiscal” – iniciada na Califórnia em 1978, com a “Proposta 13”, que congelava os impostos imobiliários –, os Estados, sem recursos, reduziram progressivamente seus orçamentos com a educação. Em 1980, com o objetivo de recuperar a competitividade da indústria americana, a lei Bayh-Dole (nome de seus dois padrinhos, um democrata e o outro republicano), autorizou as universidades, pela primeira vez, a patentear invenções financiadas pelo governo. Outras leis seguiram-se a essa incentivando a comercialização de patentes e concedendo isenção fiscal às empresas que financiassem pesquisa universitária.

Por outro lado, o fim da guerra fria trouxe uma nova redução de fundos destinados pelo governo federal à pesquisa. A Universidade de Berkeley, que já foi quase totalmente financiada pelo Estado da Califórnia, teve sua verba pública reduzida, em 1987, em 50%, e em 1999, em mais 34%. Os grandes investimentos dos últimos dez anos só foram possíveis graças a doações privadas. Por exemplo, para construir sua nova *business school*, a Universidade realizou um frenético levantamento de fundos. A família Haas (herdeira do fabricante do jeans Levi-Strauss), doadora mais importante, conseguiu que a escola tivesse seu nome. Grandes empresas financiaram cátedras. O decano da faculdade, por exemplo, ostenta o título de *Bank of America dean*. Os novos prédios estão impregnados com os logotipos das empresas. Todas as salas – inclusive mesas e cadeiras – são decoradas com placas, homenageando seu benfeitor (empresa ou indivíduo).

Contatos sigilosos

Foi isso que os professores James Engell e Anthony Dangerfield, de Harvard, chamaram “universidade mercantil” (*market-model university*): os departamentos que “ganham dinheiro”, “estudam dinheiro” ou

“atraem dinheiro” são os grandes beneficiários. Os outros são negligenciados, e até abandonados.

Os partidários dessas alianças entre universidades e empresas, como o Business-Higher Education Forum, *lobby* que reúne patrões e professores, propagam as vantagens do novo sistema: o financiamento por meio de empresas, numa hora de cortes por parte do setor público, pode proporcionar a construção de modernos laboratórios e o financiamento de pesquisas mais avançadas; a parceria permitiria que as descobertas científicas do campo da biotecnologia, por exemplo, fossem prontamente comercializadas; o público – e o próprio Estado – só lucrariam com a prosperidade trazida pelas novas tecnologias sob a forma de crescimento econômico, de descobertas úteis à sociedade, do aumento das receitas fiscais e da volta de práticas filantrópicas.

Nem todo mundo está de acordo... Ronald Collins, por exemplo, diretor do projeto de integridade científica do Center for Science and the Public Interest, acha que “a ciência perde sua credibilidade”: “Estudos sectários, assim como o sigilo, comprometem a reputação da ciência e seu objetivo de pesquisar a verdade. Os professores universitários, remunerados pela indústria, passam por especialistas, junto ao Congresso e aos organismos de regulamentação, sem revelar suas ligações com o mundo dos negócios. Os departamentos científicos das universidades públicas vêm tecendo, em sigilo absoluto, laços com as empresas. As revistas médicas não revelam os conflitos de interesses de seus autores.”

Maximizar os royalties

Por outro lado, enquanto no passado se pressupunha que as doações fossem feitas sem restrições nem obrigações, os atuais interessados em mendigar contribuições devem, parafraseando uma fórmula célebre, lidar simultaneamente com a sacola de esmola e a bajulação. ¹ A lógica “da universidade mercantil” faz com as empresas considerem suas doações como investimentos: a publicidade gratuita, os elogios e a respeitabilidade, assim como as descobertas comercializáveis, são benefícios que se justificam pela despesa feita. E qualquer infração recebe o troco: a Nike, recentemente, suspendeu o apoio financeiro a três universidades (Michigan, Oregon e Brown) porque os estudantes haviam criticado algumas de suas práticas em certos países pobres, particularmente no que diz respeito ao emprego de mão-de-obra infantil.

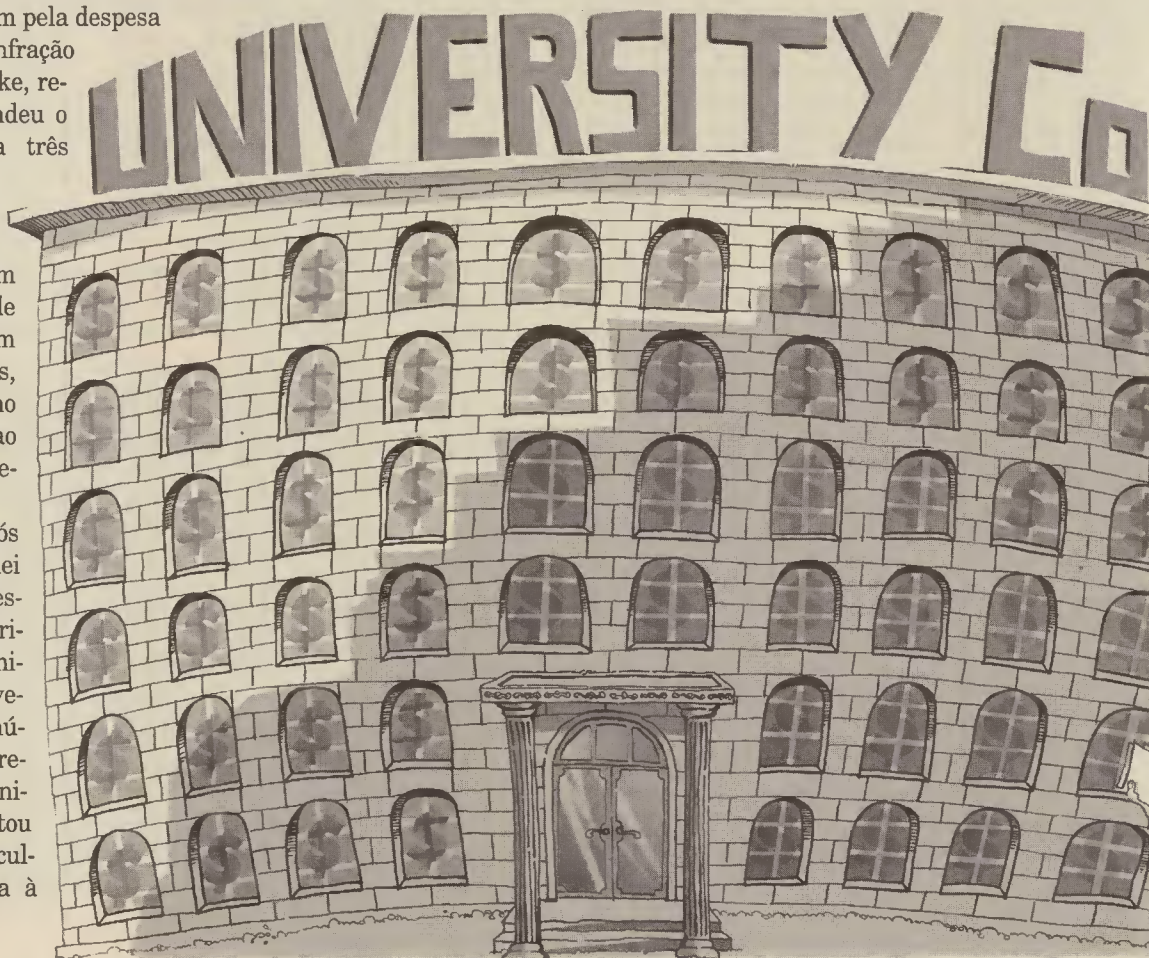
Vinte anos após a aprovação da lei Bayh-Dole, os investimentos do setor privado na pesquisa universitária são oito vezes maiores e o número de patentes registradas pelas universidades aumentou 20 vezes. Toda a faculdade que se dedica à

pesquisa possui um “centro de gestão de patentes”, destinado a maximizar seus *royalties*. Várias grandes empresas criaram filiais de capital de risco com o objetivo de investir em projetos lucrativos. E, no momento em que o ensino tradicional se encontra abalado pelas novas técnicas de “e-ducação” (ensino à distância, on line etc.), as universidades empenham-se em fazer alianças com o setor privado. Como nota David Kirp, professor de função pública na universidade de Berkeley, “o velho ideal de um ‘mercado de idéias’ (*marketplace of ideas*) transformou-se num trocadilho grotesco”.

Institutos de pesquisa “de fachada”

Novos personagens aparecem no campus: os professores-empresários, para quem a presença constante na universidade possibilita o enriquecimento rápido. Eles dedicam a maior parte de seu tempo a seus empreendimentos comerciais. Estar associado à universidade é uma garantia de credibilidade científica, um lugar seguro em caso de fracasso e, principalmente, a possibilidade de privatizar os lucros socializando as despesas (os serviços administrativos da instituição fazem o papel de secretaria; os doutorandos ou pesquisadores servem de escravos). Essas práticas são muito comuns e raramente criticadas, pois esses empresários são também, muitas vezes, estrelas famosas que podem trazer benefícios à universidade, pelo menos indiretamente, (sob a forma de heranças ou doações), através dos dobramentos de suas iniciativas.

Além das considerações de ordem ética, o modelo da universidade mercantil levanta questões de ordem política. A reflexão sobre a coisa pública vem sendo cada vez mais formada (e deformada) em função dos interesses financeiros dos “especialistas”. Órgãos de pesquisa sem fins lucrativos servem, muitas vezes, de fachada – necessária a grupos industriais. Por ocasião do processo da Microsoft, por exemplo, institutos de pesquisa “independentes”, mas na realidade financiados pelo gigante de *software*, produziram uma pilha de



“estudos” destinados a influenciar o público e os juizes.

O princípio do mercantilismo

E, quer se trate da nocividade do fumo, do efeito estufa, das próteses mamárias ou das virtudes de determinados medicamentos, haverá sempre um especialista pronto para “torcer os números” até conseguir uma conclusão que satisfaça seu patrocinador. Um incidente ilustra os desvios da pesquisa patrocinada. Charles Thomas, professor de Criminologia da Universidade da Flórida, construiu sua reputação de grande especialista na privatização de presídios. Defendeu firmemente esse princípio, em depoimentos a comissões do Senado e em editoriais da grande imprensa. Em muitos casos, suas recomendações foram adotadas, na Flórida e em outros lugares. Posteriormente, foi revelado que esse eminente especialista era pago pelas principais empresas penais privadas, sendo, inclusive, acionista de algumas delas. Sua atividade de consultor permitiu-lhe embolsar a bela soma de três milhões de dólares – que lhe foram pagos, em janeiro de 1999, pela Corrections Corporation of America. A comissão de ética do Estado da Flórida abriu um inquérito e o criminologista propôs pagar uma multa de... dois mil dólares.

Quem deveria, pelo menos teoricamente, interessar-se por essas questões no âmbito do mundo universitário, tem outras preocupações – além de relutar em atingir quem os alimenta..., ainda que o faça de forma mesquinha. Nas faculdades de educação fala-se uma linguagem ininteligível, acompanhando freneticamente os últimos modismos pedagógicos. Na área das humanidades mergulhou-se no “multiculturalismo” ou na busca da “identidade”. E a paixão pela “desconstrução” implica que o próprio princípio da busca desinteressada da verdade não seja mais reconhecido. Nas ciências sociais, aparentemente só a quantificação é relevante, assim como grandes abstrações e debates metodológicos. Quanto às *business schools*, é óbvia a adesão ao princípio da universidade mercantil.

A hora da ética

O debate sobre questões da relação entre a indústria e a pesquisa ocorre, portanto, entre a comunidade científica e médica – em revistas como *Lancet* ou *New England Journal of Medicine* (NEJM). Uma pesquisa do *Los Angeles Times* revelou que 19 dos 40 artigos publicados nos últimos três anos sobre o tema “*drug therapy*”, da prestigiosa revista médica *New England Journal of Medicine*, haviam sido redigidos por médicos pagos pelos fabricantes dos medicamentos que avaliavam. Houve quem enfatizasse, na ocasião, a quase-impossibilidade de encontrar especialistas que, de alguma forma, não estivessem “de rabo preso” com a indústria farmacêutica. A editora da revista, entretanto, criticou duramente essa epidemia de conflitos de interesse.

Já se pode apontar, desde agora, o paralelo entre o atual interesse da comunidade científica pelos debates éticos e o “boom ético” que ocorreu nas escolas de administração há uns 15 anos. Um professor da business school de Stanford lembra: “No início da década de 80, sofríamos com o sarcasmo dos colegas de outros departamentos, que nos acusavam de colaborar com a avarícia de Wall Street e de formar modernos piratas e corsários. Chegou uma hora em que já não podíamos ignorar essas críticas. Os professores da business school, então, fizeram a proposta: ‘Acrescentemos cursos de ética ao currículo. Isso vai calar a boca de todo mundo.’” Aí vieram os códigos de deontologia, os seminários e os cursos de ética. Não impediram as práticas bastante duvidosas, mas garantiram a sobrevivência de uma indispensável boa consciência...

Traduzido por Teresa Van Ackers

* Professor na Universidade da Califórnia, Berkeley, e co-autor de *Modèle anglo-saxon en question*, ed. Economica, 1997, Paris.

1. No dia 3 de maio de 1973, Maurice Druon, que então ocupava o cargo de ministro da Cultura e era membro da Academia, disse que quem deseja obter uma subvenção “com a sacola de esmola em uma das mãos e um coquetel Molotov na outra, deverá fazer uma opção”.

PETROBRAS

“Petrobras trabalha com risco calculado”

No dia do acidente com a P-36, no Rio de Janeiro, 175 trabalhadores estavam no local. Somente 52 eram funcionários da Petrobras, o restante, terceirizados



O afundamento da plataforma P-36, no litoral do Rio de Janeiro, que causou a morte de 11 petroleiros, comoveu e dividiu opiniões. Último de uma série de acidentes com graves danos ao ambiente e à vida humana (92 vítimas fatais em três anos), ele é apenas a superfície do problema. Analisando mais a fundo a história recente da Petrobras, o que vemos são os resultados da desastrosa política de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso.

Em relação aos acidentes, já é evidente a responsabilidade das terceirizações, da falta de manutenção preventiva e do enxugamento de gastos com pessoal e material. Tudo em nome de produzir o máximo com o mínimo de custos. Ocorre que redução de gastos representa serviço cada vez mais precário em uma área em que qualquer falha pode ser, como tem sido, fatal. Poucos dias depois do afundamento da P-36, a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), em Canoas, quase foi palco de uma tragédia. Um trabalhador perdeu o controle de um guindaste que circulava pela via principal da refinaria, rebentou cabos de alta tensão e por pouco não perfurou uma tubulação de gás. Acidentes como esse têm sido cada vez mais comuns e deixam os petroleiros em estado de alerta.

O diretor de formação do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul (Sindipetro-RS), Gerson Pires, vê uma relação muito próxima entre o aumento de acidentes e do número de terceirizados trabalhando na Petrobras. Com salários menores, estes trabalhadores têm, freqüentemente, uma formação inferior à dos petroleiros e passam menos tempo em treinamento. “Na Petrobras, quando alguém entra por concurso, passa cerca de seis meses numa espécie de estágio probatório, aprendendo. Os terceirizados, às vezes, em seis meses estão saindo da empresa. Não passam pelo processo”, informa. Os baixos salários também são preocupação dos petroleiros, especialmente porque a Petrobras não aceita que o Sindicato discuta o que as empresas contratadas pagam aos seus funcionários.

Em 1989, a Petrobras tinha 64 mil funcionários. Hoje são apenas 34 mil. Com essa redução, começaram as contratações de terceirizados. Desde o pós-Collor, a regra tem sido não contratar, apenas terceirizar. O resultado é claro: menor capacidade técnica

para serviços altamente perigosos. “O que aconteceu na plataforma P-36 é um exemplo disso. No dia do acidente, tinha 175 trabalhadores no local. Somente 52 eram da Petrobras. A média de mortes na Petrobras é um absurdo e o pior é que ficamos só esperando um outro acidente com mortes”, fala Pires. A ordem na estatal é produzir com o menor custo possível. Por isso, explica, não há mais nem a habitual manutenção preventiva dos equipamentos, feita há anos atrás. “Abriam-se os equipamentos para ver se estava tudo bem, e fazia-se a manutenção, antes de ocorrerem acidentes. Com a redução de custos, diminuiu também a manutenção. Tanto que a Petrobras trabalha hoje com a idéia de risco calculado, ou seja, há um risco de certa forma assumido pela empresa”, denuncia o sindicalista. Ele diz que o investimento em segurança e treinamento tem sido cada vez menor, apesar de o faturamento da empresa crescer. No ano passado, a Petrobras faturou R\$ 10 bilhões, mas como quem determina o investimento deste dinheiro é o governo federal pouco acaba voltando para a empresa.

Mistério

O presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), Fernando Siqueira, considera um “mistério” a primeira explosão, que acabou rebentando um dos tanques de petróleo da P-36. As outras foram decorrência da primeira. No entanto, apesar das dúvidas, quem está investigando as causas do acidente é uma empresa holandesa, a Smith, contratada pela própria companhia. Os engenheiros da Petrobras reivindicaram, mas não conseguiram participar da comissão que investiga o acidente, e gostariam de esclarecer os muitos pontos obscuros e confronto de informações que cercam a questão. Para isso, a Aepet está propondo a formação de uma comissão independente para apurar as causas do acidente. Ela seria formada por integrantes do Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia (Crea), a Aepet e pesquisadores do curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre outros. “O pior de tudo foram as mortes das pessoas. Isso é irreversível. A imagem da empresa pode ser recuperada”.

EDUCAÇÃO

Licenciatura Crise ou expansão?

Um estudo divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), no final do ano passado, apresentou dados que mostrariam uma queda acentuada na procura por cursos de licenciatura nas universidades brasileiras. A desvalorização econômica e profissional do Magistério nas últimas décadas, resultado das políticas governamentais, pode ser apontada como um fator fundamental para a avaliação da atual situação dos cursos de licenciatura no país. Além disso, a política do governo Fernando Henrique Cardoso de valorizar a formação de grupos de excelência, que privilegiam algumas poucas unidades de ensino e pesquisa, consideradas de ponta, acaba retirando recursos de centenas de cursos em todo o País, que têm entre os seus objetivos centrais a formação de professores.

Marco Aurélio Weissheimer

A situação dos cursos de licenciatura seria apenas uma faceta do quadro geral de penúria da universidade brasileira, garante a professora Jaqueline Moll, da Faculdade de Educação da Ufrgs. E a política do governo federal, acrescenta, é diretamente responsável por essa crise.

A formação de professores que já sentia o reflexo do processo de elitização e privatização do ensino, agora tem como agravante um novo fator político-econômico. A proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) prevê a desregulamentação do setor de serviços, incluindo a área da educação. Desregulamentação, neste caso, significa remoção de obstáculos para o avanço da iniciativa privada, já que, apesar de todas as precariedades, a educação é um mercado em permanente expansão.

Os cursos de licenciatura possuem um papel fundamental para a qualificação de toda a rede de ensino. Aliás, quem ainda não tem diploma universitário e quer manter seu emprego, deve voltar logo para os bancos escolares. Os professores que já cursaram o Ensino Médio têm tempo para concluir um curso de Pedagogia ou licenciatura até 2007, prazo estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para que todos tenham formação superior. Quem quiser lecionar na pré-escola ou nas primeiras séries do Ensino Fundamental poderá, no futuro, cursar o normal superior. A carreira será oferecida por universidades e institutos superiores de educação, cuja criação foi aprovada em setembro último pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). O curso será uma espécie de licenciatura para polivalentes.

Os mais de 70 mil professores em todo o País que não concluíram sequer o normal de nível médio estão em situação mais delicada. Eles terão até o final deste ano para obter seu diploma, conforme prevê a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Secretarias municipais e estaduais de Educação estão oferecendo cursos para seus docentes, a maioria trabalhando em escolas rurais. Apesar da ausência de uma política governamental mais consistente para a área da educação, nos últimos anos vem aumentando o número de alunos em sala de aula. Isso provoca o surgimento de novos postos de trabalho no magistério. Há cerca de 1,7 milhão de professores nas salas de aula brasileiras. Dados do Censo Escolar de 1999 mostram que na Educação Básica, que vai da Educação Infantil ao Ensino Médio, o país possui 2,1 milhões de funções docentes – cerca de 20% superior ao número de professores, já que o mesmo pro-

fissional pode trabalhar em mais de uma instituição. E esse contingente ainda vai crescer. Até 2005, as projeções oficiais do MEC indicam que serão abertas cerca de 92 mil vagas para docentes, já descontadas as extintas nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. No Ensino Médio estarão as grandes oportunidades de emprego: 142 mil novas colocações.

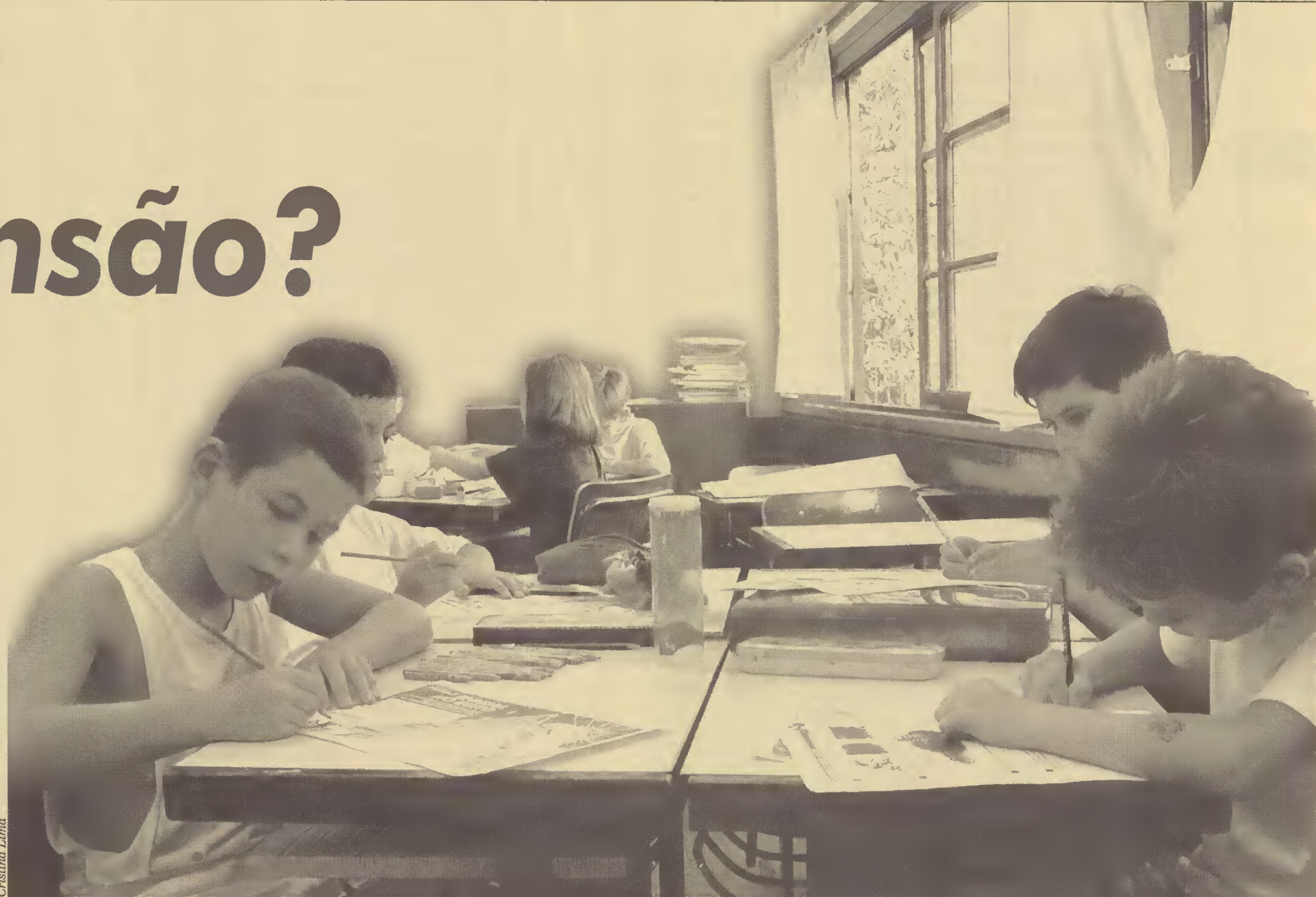
Carências e incentivos

Essa tendência indica que o mercado valorizará mais o professor especialista. Mas isso não é tudo. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), até 2007 todos os docentes da Educação Básica deverão ter nível superior. Hoje, cerca de 40% dos professores brasileiros lecionam sem diploma universitário. Destes, mais de 70 mil precisam antes se formar no nível médio. Para isso, a qualificação dos cursos de licenciatura é um fator fundamental. O mercado de trabalho está disputando principalmente bons professores de Física, Química e Matemática. Um recente levantamento realizado pela revista Nova Escola, nas 27 secretarias estaduais do Brasil, mostra que em todas as unidades da federação faltam professores habilitados nessas disciplinas. Apesar de os dados não incluírem as prefeituras – que empregam cada vez mais professores por causa da municipalização –, há indicações preciosas para quem quer ingressar na universidade. Afinal, a esfera estadual ainda é a que reúne o maior número de docentes da Educação Básica, de acordo com informações de 1998.

Algumas universidades vem oferecendo incentivos especiais para quem procura os cursos de licenciatura. É o caso da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), por exemplo, que ofereceu aos calouros de 2001 um programa especial de incentivo aos cursos de licenciatura. Os novos alunos que optaram pelos cursos de História, Filosofia e Ciências – habilitações em Química e Matemática – terão um desconto de 50% nas mensalidades. A iniciativa, que teve início em 1999, tem mostrado bons resultados, com um crescente número de inscritos ao processo seletivo e também de matrículas efetivadas nestes cursos. Muitos dos interessados são professores que, diante das novas exigências da LDB, necessitam de diploma de curso superior para continuar suas atividades.

A experiência da Matemática

O déficit verificado nos cursos de licenciatura pode ser explicado, em parte, pelo baixo número de formados nestas áreas, apesar de a concorrência nos



Cristina Lima

vestibulares ser baixa. Alunos mal preparados entram no curso, mas como não conseguem acompanhar as aulas, acabam desistindo. Atentos a este quadro, diversos cursos estão procurando desenvolver novas metodologias de trabalho e aperfeiçoar os currículos. Um caso exemplar é o trabalho realizado pelo Departamento de Matemática da Ufrgs. Para a Licenciatura em Matemática, a década de 90 representou uma época de mudança e de ruptura com o *status quo* dos anos 80. Foi um momento de construção de novas identidades para o curso de Licenciatura, para os estudantes e para todos aqueles que nele atuam.

A professora Elisabete Zardo Búrigo conta a história desta transformação. Até o ano de 1992, o curso de Licenciatura em Matemática, assim como outros cursos de licenciatura, vinha funcionando com um currículo baseado na estrutura conhecida como "três-um": os três primeiros anos com ênfase na aquisição de conhecimento específico de matemática e o último dedicado essencialmente à formação didático-pedagógica. Entre os dois ciclos havia uma completa desarticulação. Os alunos, futuros professores, tratavam das questões relativas ao ensino e aprendizagem da matemática na escola somente ao final do curso, quando deveriam ser constantes ao longo dos anos de formação profissional. Somado ao currículo pouco adequado do ponto de vista da estrutura, havia ainda o problema de desvalorização social do professor.

Como resultado desta soma de fatores, os cursos de licenciatura foram sendo cada vez menos procurados como opção profissional e mesmo entre os alunos que faziam esta opção, rapidamente, estabelecia-se um clima de desinteresse. O cenário geral era desanimador: alunos desmotivados e despreparados, altos índices de reprovação e desistência. Partiu-se, então, para um projeto de revitalização e adequação à realidade do curso de Licenciatura. Hoje, o Departamento de Matemática já colhe os frutos deste trabalho, com um aumento do número de alunos diplomados e uma procura de 3,8 e 5,2 estudantes por vaga nos cursos diurno e noturno, respectivamente.

Na definição do novo currículo muito mais do que a escolha de um elenco de disciplinas estava a questão da formação de um novo professor. Partindo do pressuposto de que esta formação só acontece através da prática, definiu-se um currículo onde os alunos tivessem a oportunidade de vivenciar situações diretamente relacionadas com o perfil profissional desejado. Desde a reforma de 1993, o curso se desenvolve num currículo integrado, tendo como eixo disciplinas de Educação Matemática, oferecidas durante todo o curso. Neste esquema, o aluno é reconhecido desde o primeiro semestre, reconhecendo-se tam-

bém, não como um futuro matemático, mas como um professor, um educador, um pesquisador na área de Educação Matemática.

Outra importante iniciativa do Departamento é o sítio Mundo Matemático na Internet, uma tentativa de estimular o estudo e o ensino da disciplina utilizando modernos recursos computacionais. O Mundo Matemático é uma criação de Débora Maçada e Maria Alice Gravina, do doutorado em Informática na Educação da Ufrgs. A criação do sítio foi resultado de um trabalho realizado na disciplina "Laboratório em Tele-Educação", sob a orientação da professora Liane Tarouco.

“Qualidade é uma preocupação constante”

A reitora Wrana Panizzi não acredita em crise da licenciatura e destaca que o controle e aperfeiçoamento da qualidade dos cursos de licenciatura e bacharelado é uma preocupação constante da universidade. A Ufrgs vem desenvolvendo desde 1993 seu Programa de Avaliação Institucional – Paiufrgs, filiado ao programa nacional Sesu/MEC – Paiub, com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços que oferece. Este programa desenvolve seminários na comunidade interna para discussão do programa de avaliação e suas finalidades. Os órgãos superiores também participam da discussão. A partir destes seminários são levantados os principais indicadores quantitativos sobre a qualidade dos corpos docente, docente e técnico-administrativo. O diagnóstico também é realizado através de questionários de avaliação de disciplinas e de cursos. Os principais indicadores considerados neste processo de avaliação são: relação candidato/vaga; renovação anual, relação aluno/docente, relação aluno/técnico-administrativo, taxa de evasão, taxa de ociosidade,

índice de qualificação do corpo docente e taxa de sucesso (formados/vagas).

A partir do diagnóstico de cinco anos, o Núcleo de Avaliação de Unidade (NAU) coordena a avaliação de cada curso de graduação, examinando os objetivos e metas da formação profissional, os currículos desenvolvidos e a avaliação da aprendizagem realizada. Esta análise é discutida pela comunidade e constitui o Relatório da Avaliação do Curso. Além disso, ainda há a etapa da avaliação externa. Nesta fase são contactadas instituições acadêmicas, profissionais e empregadoras que sugerem nomes para compor as bancas de avaliação de cada curso profissionalizante. Os avaliadores (3 ou 4 por curso) visitam o curso com o Relatório de Avaliação Interna, com os resultados dos Questionários de Avaliação de Curso e de Disciplina, bem como os Anuários Estatísticos Proplan, realizando entrevistas com alunos, docentes e pessoal técnico. No final, emitem um parecer sobre pontos fortes e fracos do curso sugerindo medidas para sua melhoria.

Estatísticas mostram que procura cresce

Os números indicam que a procura pelos cursos de licenciatura na Universidade Federal do Rio Grande do Sul continua em alta. Segundo o secretário da Pro-Reitoria Adjunta de Graduação da Ufrgs, Ezequiel Medeiros, as estatísticas dos últimos anos mostram que vem crescendo (ou ao menos se mantendo) a procura por cursos destinados principalmente à formação de profissionais para o magistério.

As estatísticas do último concurso vestibular apóia essa afirmação. O curso de educação física, por exemplo, no ano

passado, teve 1774 inscritos para 156 vagas. Este ano, o número de inscritos chegou a 2003, para a mesma quantidade de vagas. No curso do Letras, 926 inscreveram-se este ano para disputar uma das 132 vagas, contra 849 no ano passado. A mesma tendência de crescimento pode ser verificada no curso de Química (licenciatura/noturno): 218 inscritos este ano contra 148 no ano passado (para um total de 30 vagas). Confira outros números que reforçam esta tendência de crescimento:

Curso / Matrícula total*	1998/1	1998/2	1999/1	1999/2	2000/1
Administração	1.389	1.476	1467	1.483	1.390
Administração (Noturno)	-	-	-	-	93
Agronomia	407	417	413	415	406
Arquitetura e Urbanismo	817	849	847	819	827
Arquivologia	-	-	-	-	32
Artes Cênicas (Bacharelado)	113	107	118	98	108
Artes Plásticas	451	429	445	455	453
Biblioteconomia	327	333	334	345	344
Ciência da Computação	468	458	505	459	491
Ciências Atuariais	111	104	117	117	128
Ciências Biológicas	473	514	516	540	543
Ciências Contábeis	707	733	731	697	676
Ciências Econômicas	800	831	854	849	835
Ciências Jurídicas e Sociais (Diurno)	448	458	451	431	442
Ciências Jurídicas e Sociais (Noturno)	488	461	499	453	502
Ciências Sociais (Diurno)	403	360	391	366	418
Ciências Sociais (Noturno)	205	182	251	239	328
Com Social-Jornalismo	232	248	258	265	270
Com Social-Publicidade e Propaganda	240	257	264	270	272
Com Social-Relações Públicas	201	215	230	237	238
Educação Artística (Licenciatura)	58	57	68	66	77
Educação Física	719	767	777	782	762
Enfermagem	452	504	500	562	564
Engenharia Cartográfica (Noturno)	21	22	42	37	57
Engenharia Civil	1.034	1.003	1062	992	967
Engenharia da Produção	-	-	-	-	30
Engenharia de Alimentos	110	104	133	131	150
Engenharia de Computação	-	-	40	43	77
Engenharia de Materiais	101	101	129	134	161
Engenharia de Minas	263	233	266	253	285
Engenharia Elétrica	701	677	698	700	695
Engenharia Mecânica	730	699	760	722	733
Engenharia Metalúrgica	296	280	306	276	308
Engenharia Química	389	378	402	412	415
Estatística	179	160	191	174	193
Farmácia	819	858	825	877	877
Filosofia	230	202	243	214	255
Física	485	451	532	484	550
Geografia (Diurno)	189	179	187	175	190
Geografia (Noturno)	99	122	117	143	136
Geologia	250	228	237	225	231
História (Diurno)	282	259	285	266	273
História (Noturno)	213	205	236	218	252
Letras (Bacharelado)	340	325	380	337	396
Letras (Licenciatura)	576	528	611	571	665
Lic Ciências Nat e Matemáticas	25	24	23	11	11
Matemática (Bacharelado)	374	335	352	325	353
Matemática (Licenciatura)	257	235	249	232	245
Matemática (Licenciatura) Noturno	93	129	114	152	136
Medicina	843	910	914	907	899
Medicina Veterinária	439	461	467	480	472
Música	218	224	254	231	255
Nutrição	-	-	-	-	30
Odontologia	346	389	393	390	390
Pedagogia	482	496	514	544	552
Psicologia	267	261	276	276	287
Química	276	260	289	273	318
Química (Licenciatura) Noturno	68	90	84	109	95
Total	20.504	20.588	21.647	21.262	22.138

* Matrícula Total (1998 1999 2000) = Matrícula Efetiva + Matrícula Trancada
Fonte: CPD/UFRGS (SITAPOS018 e SITAPOS011)

PLANO COLÔMBIA

Guerrilha discute paz com embaixadores

Mensagem das Farc à comunidade internacional

Senhores representantes dos distintos governos:

Recebam a saudação de todos os guerrilheiros e Comandos das FARC-EP e os agradecimentos por sua presença em Los Pozos. Queremos compartilhar algumas das nossas reflexões sobre a situação atual.

É importante reafirmar hoje e aqui, diante de todos vós, representantes da comunidade internacional, o nosso compromisso com o êxito deste processo inédito, que busca solucionar pelas vias políticas o conflito social e armado que empobrece a Colômbia e afeta a estabilidade da região. Trata-se de reconstruir democraticamente uma pátria soberana, respeitosa da opinião alheia e com justiça social.

Porém, criar as bases para esta tarefa, depois de 53 anos de violência oficial ininterrupta, é difícil, porque os obstáculos são sérios e os inimigos da reconciliação são poderosos, já que estão em jogo interesses geoestratégicos importantes, negociados em torno de armas, narcotráfico, petróleo, privatizações, posse da terra, biodiversidade e macroprojetos inter-oceânicos, que fazem o processo sensível.

Nestes dois últimos anos, conseguimos alicerçar caminhos através da Mesa, abrir espaços e criar possibilidades, das quais este encontro com todos vocês é outra feliz evidência e um estímulo para continuar adiante.

Os inimigos da paz não se detêm em seu acionar: sem poupar meios nem escrúpulos, mantiveram a sua ofensiva contra a zona de distensão, contra a Mesa, contra o ritmo das conversações. Não foi casual que a partir do início destes diálogos entre o governo e as FARC, foi intensificada a criminosa estratégia paramilitar da guerra suja, que tenta através do terror, fazer calar as alternativas políticas democráticas ou revolucionárias, assim como amedrontar a nação inteira e sabotar qualquer possibilidade de acordos para a paz duradoura.

Vale abrir um parêntese para comentar que, na Colômbia, particularmente a partir de 1948, foi desencadeada uma violência oficial sistemática para esmagar, a partir do poder, o adversário político.

Para isto, utilizaram a força pública, a qual se agregaram sem pudor, pistoleiros chamados pássaros ou chulavitas. Massacres, incêndios, terror, expropriação, destruição, marcaram desde aquele trágico momento a nossa história, em nome da defesa das instituições e da civilização cristã.

Esses mesmos assassinos e a vandálica modalidade operativa de arrasar a população civil a partir do poder do Estado, são a manifestação da mesma estratégia paramilitar que hoje continua levando a sua macabra mensagem de terror para os pequenos proprietários de terra, líderes da comunidade e a quem se opõe ao Regime.

Recordemos que então não existia a guerrilha revolucionária, que se formou e se consolidou somente muitos anos depois, primeiro como resposta para essa criminosa estratégia do Estado e, posteriormente, com o objetivo de tomar o poder político na busca da mudança estrutural da sociedade.

Que esta fugaz digressão histórica sirva para adicionar elementos às reflexões de hoje, para autorizar uma afirmação que às vezes tende a ser omitida: o paramilitarismo é uma estratégia nascida da doutrina da Segurança Nacional, ensinada e transmitida nas escolas de formação militar continentais, doutrina que na Colômbia pretende ser erguida como tábua de salvação de algumas instituições incapazes de programar um futuro digno para a nossa nação.

As leituras manejadas sobre o paramilitarismo, em



torno da mesa de Diálogos, geraram dificuldades ao processo, porque os fios entrelaçados da Força Pública com os executores dos massacres, das expropriações de chácaras, dos assassinatos seletivos de líderes populares e do terror generalizado, são cada vez mais evidentes, sem que pareça existir a fortaleza institucional que possa derrotá-lo internamente.

Por trás do biombo de enfrentar a guerrilha revolucionária com a guerra suja, escondem-se grandes negociações do narcotráfico, turvas aspirações politiquieiras, corruptelas de caciques políticos e a maleável moral da diplomacia norte-americana, que como todos sabemos, não tem amigos, mas interesses.

O paramilitarismo é filho ilegítimo e vergonhoso do Estado Colombiano. A sua negativa a reconhecê-lo como tal rachou ainda mais a sua capacidade e, por alguns momentos, colocou-o perto do colapso.

Se não for aplicada uma ofensiva séria contra a estratégia paramilitar, para enfrentá-la e derrotá-la, será bastante difícil avançar para os acordos duradouros.

Se é certo que o paramilitarismo representa um perigo para o processo de reconciliação, também devemos afirmar que a solução para erradicar os cultivos de coca, papoula e maconha, torna-se cada dia mais crítica, por sua incidência na economia e na política mundiais.

Nesse grande desafio da humanidade para erradicar o narcotráfico da face da terra, atacando todos e a cada um dos elos que formam a cadeia, nenhum país, por poderoso que seja, pode arrogar-se do direito exclusivo de combatê-lo. Muito menos pode pretender passar por cima da soberania de nenhum outro país.

A Colômbia, afligida pelas dificuldades, precisa executar a sua tarefa de erradicação de cultivos ilegais pela via da persuasão e dos acordos com as comunidades. Os planos unilaterais de fumigação e de violência, tanto química como biológica, lesionam o solo pátrio, nossa dignidade nacional e só conseguem adiar a solução do

Quarenta e sete diplomatas de 22 países, além de representantes da ONU e da União Européia, participaram no dia 8 de março de um encontro com membros das Farc e do governo da Colômbia, para respaldar o processo de paz nesse conturbado país. O evento foi realizado na zona sob controle dos insurgentes e teve como objetivo informar a comunidade internacional sobre o diálogo entre as partes em conflito. Estiveram presentes os principais países da Europa e da América do Sul, além de Canadá e Cuba. Estados Unidos foi convidado, mas não quis participar. Adverso publica o comunicado emitido pelas Farc por ocasião do evento

problema. São uma agressão contra mais de 350 mil famílias pobres que não têm alternativa e contra o equilíbrio ecológico, afetando irreversivelmente a vida humana, animal e vegetal.

Muito menos funcionarão esses planos se estiverem baseados na guerra. A legítima resistência interna que isto cria, soma-se o desequilíbrio militar que começa a acontecer na região e os questionamentos lógicos que surgem em nossas fronteiras.

Segundo cifras proporcionadas pelo Escritório das Nações Unidas para o Controle de Drogas e da Prevenção do Crime (Unodccp) – Global Illicit Drug Trends 2000 – a guerra contra as drogas, declarada há 30 anos pelo presidente Nixon, foi um completo fracasso: mais drogas, mais volume de substâncias psicotrópicas consumidas, mais hectares cultivados, mais corrupção, mais dinheiro do narcotráfico no fluxo do sistema financeiro internacional, aumento das fábricas de insumos químicos, mais guerras e crescentes tensões nas fronteiras.

Um verdadeiro desastre, conduzido com a dupla moral da grande potência.

Sentimo-nos identificados com as vozes que, a partir da comunidade européia, afirmam que a erradicação de cultivos ilegais não é um problema continental, mas um problema hemisférico e mundial, que requer políticas sociais. O seu sucesso depende de um planejamento coletivo, de um compromisso comum e do apoio às comunidades mergulhadas na obrigatoriedade de tais cultivos para a sua sobrevivência.

As FARC-EP reiteram a sua proposta de implementar um plano piloto de substituição de cultivos no município de Cartagena del Chairá, com o critério de soluções negociadas com as comunidades, em planos que se inclinem pela preservação da biodiversidade, pelo reflorestamento e pela legalização do consumo de psicotrópicos no mundo inteiro.

Senhores delegados: a Colômbia está afundando na

miséria provocada por seus compromissos financeiros com os banqueiros internacionais. Um terço do orçamento nacional deve ser entregue, a cada ano como pagamento dos serviços da dívida, apesar desta continuar crescendo, transformando-se em ameaça para o nosso futuro como nação soberana.

Com a moradia ocorre a mesma coisa do que com dívida externa, financiada pelo sistema UPAC: recorre-se a empréstimos por necessidade, os banqueiros impõem as suas condições e, apesar de serem cumpridos os compromissos adquiridos e de serem pagos várias vezes o valor do empréstimo inicial, no final tudo fica nas mãos desse capital agiota. O mais absurdo desta comparação é que mencionamos não uma habitação, mas todo o patrimônio econômico de uma nação.

E mais grave ainda, que cada empréstimo implique onerosos condicionamentos por parte do Fundo Monetário Internacional, submetendo os nossos necessitados países a políticas definidas a partir dos centros mundiais do poder, elaboradas justamente para não favorecer os fracos.

Será impossível construir um projeto viável de nação se não for feito um questionamento sério sobre a dívida, seus lucros, suas remessas e o seu destino final.

Levantamos perante a comunidade internacional sobre a necessidade de uma moratória de cinco anos do pagamento dos serviços da dívida, de tal forma que possamos dispor para o investimento dessa terceira parte do orçamento nacional, dando para a Colômbia o oxigênio exigido para avançar na reconstrução do seu tecido social. Seria uma contribuição concreta para o processo. A disponibilidade e o controle desses recursos devem ficar à disposição da Mesa, dados os graus de corrupção da chamada classe política colombiana.

Para finalizar, queremos reivindicar a sua atenção sobre a nossa problemática agrária, situada no centro do conflito. A posse da terra na Colômbia é uma monstruosa criatura semi-feudal, que atrasou e dificultou o desenvolvimento econômico de todo o nosso sistema produtivo e gerou uma república senhorial, baseada no caciquismo clientelista como principal forma das relações políticas.

A crescente tendência da concentração das terras férteis com as melhores vias de comunicação em poucas mãos e a expulsão de mais de dois milhões de camponeses das suas porções de terra nos últimos cinco anos, descrevem a tragédia que invade os nossos campos.

Os megaprojetos que supõem a construção dos canais inter-oceânicos em andamento, as fontes de água doce, a Amazônia com a sua riqueza genética, biológica e de recursos naturais não renováveis, acrescentaram novos elementos a uma problemática por si só complexa e sensibilizada ainda mais pelo exercício do narcotráfico, procurando legalizar os seus capitais com a compra de terras.

Se a isto acrescentamos o desastre que para a nossa economia agrária significou a neoliberal abertura econômica do governo de César Gaviria, teremos uma visão mais completa da situação que atravessam os nossos campos. A verdade é que anualmente estamos importando oito milhões de toneladas de alimentos que produzíamos aqui, antes do desastroso governo do senhor Gaviria.

Esta situação reivindica atitudes positivas da comunidade internacional que podem abrir fronteiras para muitos dos nossos produtos e eliminar tarifas alfandegárias para facilitar a entrada das mercadorias colombianas. É evidente que necessitamos de pactos internacionais de comércio mais generosos com os países marginalizados.

Propomos a este encontro a realização de três eventos especializados, para aproximar em cada um deles os temas enunciados anteriormente, a saber: Substituição de Cultivos Ilegais, Dívida Externa e Política Agrária. A comunidade internacional, o governo nacional, as FARC-EP e as organizações sociais colombianas nos encontraremos aqui, em Los Pozos, para contribuir com saídas concretas e avançar na obtenção da paz.

Agradecemos a todos os que compareceram a esta reunião. Acreditamos que esta modalidade de encontros, para informar sobre o estado dos diálogos e receber as suas apreciações sobre eles, são uma modalidade de acompanhamento político positivo, que deve ser realizado todas as vezes em que as circunstâncias nos favoreça.

Estado Maior Central - FARC-EP

8 de Março de 2001, Los Pozos, San Vicente del Caguán

LER / DORT

Melhor é prevenir

O Instituto Nacional de Prevenção às LER/Dort (Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho) realizou, no dia 20 de março, o "I Seminário de Capacitação com Enfoque em Pesquisa às LER - Prevenção: a Única Saída". O evento, feito em parceria com o Ministério da Saúde, teve o objetivo de conscientizar para a responsabilidade das empresas e trabalhadores na execução de programas de prevenção de doenças. De acordo com a professora Carmen Beatriz Borges Fortes, membro da Comissão de Saúde e Ambiente de Trabalho (COSAT/Núcleo Odontologia), esta é a melhor forma de eliminar ou reduzir os casos de LER. De acordo com o INSS, a doença é a segunda causa de afastamento do trabalho no Brasil.

A presidente do Instituto, Maria José Pereira da Silva O'Neill, lembrou que as lesões ocorrem mais na faixa etária de 30 a 40 anos, quando o trabalhador está no auge de sua produtividade e experiência profissional. Para ela, a adoção de programas de prevenção pelas empresas é a única solução.

Entre as doenças mais conhecidas relacionadas a esta síndrome, que é considerada uma epidemia e está em ascensão, estão a tenossinovite, a tendinite e a bursite.

Caracterização e sintomas

As LER, têm origem ocupacional e atingem, principalmente, os membros superiores, região escapular e pescoço. São causadas por uso repetido ou forçado de gru-

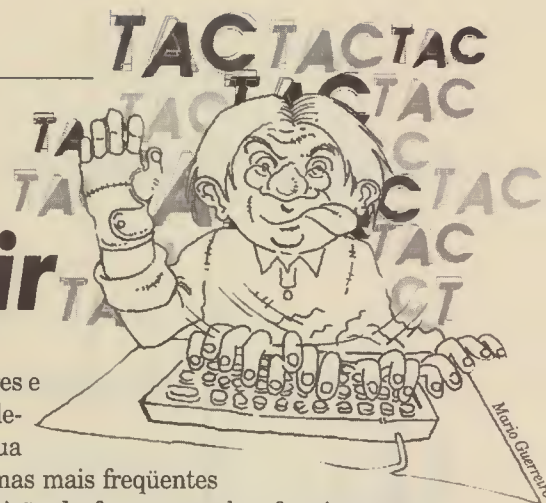
pos musculares e postura inadequada. Por sua vez, os sintomas mais frequentes são a diminuição da força muscular, formigamento, dificuldade para encostar a ponta de um dedo em outra ponta, alteração da sensibilidade, sensação de peso, perda do controle de movimentos.

Diagnósticos e conduta

O diagnóstico da doença é baseado na história clínica e ocupacional do paciente, dependendo de exame físico detalhado e da análise das condições de trabalho. As características das atividades domésticas, de esporte e de lazer também são avaliadas. Sendo comprovada a doença, a orientação é pelo afastamento das atividades com risco, emissão de Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), encaminhamento ao serviço de assistência médica e INSS e intervenção corretiva nas condições de trabalho.

Prevenção

Entre as medidas preventivas, estão a introdução de pausas para descanso, redução do tempo de trabalho em determinados postos ou atividades, diversificação de tarefas numa mesma função, adequação dos imobiliários, máquinas, equipamentos e ferramentas às características psicofísicas dos trabalhadores, postura correta e exercícios de alongamento e relaxamento.



JURÍDICO

Licenças-prêmio não usufruídas

Em abril de 1999, a Secretaria de Recursos Humanos emitiu a Instrução Normativa nº 5, que vedava expressamente a contagem do tempo em dobro, para fins de aposentadoria, das licenças-prêmio não usufruídas pelo servidor. Contrariamente, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer jurídico concluindo pelo direito do servidor, mesmo com o advento da Emenda Constitucional nº 20/98. Assim, em 19 de março deste ano, a administração pública federal recuou em sua posição e, através da Portaria Normativa nº 1 da Secretaria de Recursos Humanos do MOG, tornou sem efeito o dispositivo que vedava a contagem em dobro da referida vantagem.

Em resposta às inúmeras consultas formuladas por servidores, a Assessoria Jurídica do MOG emitiu o Parecer Jurídico 2721/2000, que recomendou:

"Em conclusão, com fulcro nas disposições insculpidas no art. 4 da Emenda Constitucional nº 20/98, somos de parecer que todos os servidores que cumpriram os requisitos necessários para a concessão da licença-prêmio, até 15 de outubro de 1996, e não a usufruíram, mesmo que não tenham implementado os requisitos para a aposentadoria, fazem jus, validamente, ao direito da contagem do período em dobro da referida licença como se houvesse tempo de contribuição, para efeito de aposentação (...)"

Desta forma, o servidor que tiver licenças-prêmios não usufruídas poderá requerer a contagem do período em dobro. Já o servidor que anteriormente requereu o cômputo em dobro da vantagem e teve seu pedido negado deverá apresentar novamente pedido administrativo, pois diante dos termos da Portaria Normativa nº 1, não há mais qualquer óbice para a concessão do direito.

Tribunal confirma 3,17% aos docentes

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, julgou os recursos interpostos pela Ufrgs e pela Adufrgs contra decisão que havia reconhecido o direito dos docentes ao pagamento do reajuste de 3,17% desde janeiro de 1995. A ação foi ajuizada em janeiro de 1997 em nome de toda a categoria (sócios, não-sócios, aposentados e ativos).

Com o acolhimento integral do recurso da Adufrgs, foram aumentados os juros de mora para 1% ao mês e majorados os honorários de sucumbência devidos pela Universidade.

Teoricamente, a decisão é passível de recursos para outra instância do próprio TRF e para tribunais sediados em Brasília.

Imposto de Renda

A Adufrgs obteve decisão liminar que determinou a atualização das faixas de contribuição do Imposto de Renda. Considerando a existência de decisões do Supremo Tribunal Federal cassando liminares similares e as inúmeras dúvidas surgidas em relação à declaração de ajuste anual a ser apresentada, a diretoria da Adufrgs convocou uma assembleia geral que optou pela desistência da liminar em nome de todos os docentes abrangidos pela ação. Correspondência já enviada aos professores explica, em detalhes, os motivos desta decisão, que se refere apenas à liminar e não ao pedido principal do processo.

INTERCÂMBIO

Ufrgs na Alemanha

Alunos do Projeto de Extensão da Faculdade de Arquitetura fazem intercâmbio com Universidade de Stuttgart

Um grupo de 22 alunos da Faculdade de Arquitetura da Ufrgs se prepara para embarcar, em junho, para Stuttgart, na Alemanha. É a segunda etapa de um projeto acadêmico de Extensão Universitária, com intercâmbio na área de urbanismo, em parceria com a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Stuttgart. Na primeira etapa, em abril do ano passado, os alunos e professores alemães estiveram em Porto Alegre e desenvolveram projetos de revitalização do vazio urbano que existe na área onde era localizada a estação ferroviária de Porto Alegre, próxima ao cais do porto.

O trabalho resultou em um workshop sobre o tema "Waterfront e a recuperação de uma área degradada junto à antiga Estação Ferroviária na cidade de Porto Alegre", apresentado à comunidade acadêmica e autoridades estaduais e municipais. Participaram três professores e 21 estudantes da Universidade de Stuttgart e mais oito professores e 24 estudantes da Ufrgs.

A primeira etapa do projeto teve o apoio da Agência Alemã de Intercâmbio Acadêmico, do Instituto Goethe, da Associação de Ex-Bolsistas da Alemanha e do Instituto Cultural Brasileiro-Alemão, Metroplan e Prefeitura de Porto Alegre. Para a segunda etapa, os alunos de Arquitetura da Ufrgs estão custeando a própria viagem e estadia. "Nós gostaríamos que houvesse mais apoio da Reitoria para projetos como este", reivindica Cristina Gondim, a aluna do 8º semestre, que participa do intercâmbio.



Intercâmbio: Grupo terá contato com arte antiga e tecnologia de ponta

A importância da Alemanha

Após a sua quase total destruição na Segunda Guerra Mundial, a palavra de ordem na Alemanha é a reconstrução. "A capital, Berlim, é considerada o maior canteiro de obras do mundo", diz a professora Célia de Souza, principal coordenadora do projeto. Por causa disso e de seu importante passado histórico arquitetônico, a Alemanha concentra arte antiga e tecnologia de ponta.

Célia propôs que os alunos façam um workshop sobre o restauro arquitetônico, onde as universidades alemãs têm um bom conhecimento, ao contrário da Ufrgs. Entretanto, o trabalho que os alunos vão desenvolver na Alemanha ainda será de-

finido pela Universidade de Stuttgart.

De acordo com uma proposta da coordenação alemã do projeto, o *workshop*, tem a finalidade de desenvolver conteúdos de base histórica e teórica. O objetivo é dar suporte ao estudo dos fundamentos da evolução da arquitetura e do urbanismo alemães, referência da história da arquitetura e do urbanismo internacional, na fase da superação dos valores do neoclassicismo e do ecletismo do final do século 19 para o século 20. Segundo a proposta, estas influências também acarretaram a transferência de conceitos para o Brasil, principalmente para o Rio Grande do Sul, que será objeto dos pontos fundamentais do intercâmbio acadêmico.

A visita dos estudantes brasileiros à Universidade de Stuttgart vai ocorrer paralelamente ao "Seminário sobre as transformações na arquitetura e no urbanismo ocorridas na Alemanha, na passagem da fase industrial para a pós-industrial". Isto vai permitir que sejam observados nas conferências e nas visitas técnicas *in loco*, os ideais inovadores do movimento moderno, a industrialização da construção e os novos conceitos e as novas linguagens que eclodiram na Alemanha, no início do século 20, a partir de roteiros previamente definidos pela coordenação alemã do projeto.

Amizade

O grupo de estudantes alemães ficou hospedado nas residências dos brasileiros na primeira etapa. "Metade do grupo que vai viajar agora recebeu os alemães em casa no ano passado. Isto criou um laço de amizade que motivou estes estudantes a fazerem o intercâmbio também", conta Cristina Gondim. A outra metade dos alunos que participou da primeira etapa do projeto já se formou, por isso não vai participar da segunda.

A professora Célia de Souza diz que este relacionamento foi importante para que os alunos tivessem segurança para viajar para a Alemanha, que eles não conhecem pessoalmente.

A aluna Clarissa Machado Cavalli conta que gostou muito da convivência com os alunos do intercâmbio. "Meses depois de hospedar uma aluna, ela me mandou um e-mail lembrando detalhes da nossa convivência, foi muito legal."

DECLARAÇÃO

Na cidade de La Plata, em 17 de março de 2001, reunido o Conselho de Reitores da Associação de Universidades Grupo Montevideu, considerando:

1) que as questões relativas à educação superior comprometem o destino dos nossos países, e 2) que as medidas de ajuste econômico anunciadas pelo Ministério da Economia da República Argentina afetam particularmente às universidades nesse país, declara por unanimidade:

1) Lembrar o princípio estabelecido com caráter universal pela Conferência Mundial da UNESCO sobre Educação Superior, celebrada em Paris, em outubro de 1998, segundo o qual, na educação superior "o Estado conserva uma função essencial no seu financiamento. O financiamento público da educação superior reflete o apoio que a sociedade dá a esta última e deve seguir se reforçando a fim de garantir o desenvolvimento deste tipo de ensino, de aumentar a sua eficiência e de manter a sua qualidade e pertinência. Todavia, o apoio público à educação superior e à pesquisa continua sendo fundamental para garantir que as missões educativas e sociais se desenvolvam de forma equilibrada".

2) Destacar que tal compromisso foi referendado e, portanto, assumido pelo Estado Argentino e que as medidas adotadas pelo atual governo devem ser classificadas como uma violação dos compromissos internacionais contraídos pelo país.

3) Sublinhar que essas medidas apontam para desprestigiar e deteriorar a ação das universidades públicas, com o objetivo de desestruturar um sistema que tem contribuído permanentemente ao desenvolvimento humano, científico e tecnológico, sendo um instrumento fundamental na formação de pessoal qualificado e na manutenção da cultura nacional e regional.

4) Alertar sobre as consequências que sobre as universidades públicas da região

Carta de reitores de universidades do Mercosul foi distribuída na reunião do Conselho Universitário da Ufrgs

podem provocar iniciativas similares às adotadas pelo governo argentino, uma vez que formam parte de uma ofensiva que já teve manifestações concretas e que podem espalhar-se para outros lugares.

5) Observar que estas medidas terão como consequência imediata aumentar o atraso relativo que experimentam nesse aspecto Argentina e os países da região, onde a taxa total de escolaridade da educação superior, no melhor dos casos, não atinge metade dos índices do mundo desenvolvido.

6) Reafirmar o espírito que animou a criação do Grupo Montevideu em defesa dos objetivos da educação superior de caráter público, como uma das ferramentas mais efetivas para garantir a construção da democracia, combater a exclusão social e obter um harmônico desenvolvimento regional sustentável.

Associação de Universidades Grupo Montevideo

Argentina: Universidade Nacional de Buenos Aires - vice-reitora Susana Mirande. Universidade Nacional de Entre Ríos - reitor Cesar Gottfried. Universidade Nacional de Litoral - reitor Mario Barletta. Universidade Nacional de La Plata - presidente Luis Julián Lima. Universidade Nacional de Rosario - reitor Ricardo Suárez. Universidade Nacional de Córdoba - reitor Tomas Pardina.

Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - reitora Wlana Panizzi. Universidade Federal de Santa Maria - reitor Paulo Jorge Sarkis. Universidade Federal de Santa Catarina - reitor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz. Universidade Federal de São Carlos - vice-reitor Romeu Rocha Filho. Universidade Estadual de Campinas - reitor Hermano Tavares.

Paraguai: Universidade Nacional de Assunção - reitor Raúl Battilana Nigra.

Chile: Universidade de Santiago do Chile - reitor Ubaldo Zúñiga Quintanilla.

Uruguai: Universidade da República, Uruguai - reitor Rafael Guarga Dr. Jorge Broveto - Secretário Executivo AUGM



Zilá Bernd será homenageada pelo governo canadense



Em seu memorial, Zilá questiona a própria carreira universitária: "valeu a pena todo o empenho na difusão das culturas e literaturas francófonas? Esta opção tem futuro em nível do ensino universitário brasileiro?", pergunta. Reconhece, em seguida, que haveria três respostas possíveis.

— Uma resposta otimista: o futuro da francofonia na América Latina e no Brasil é uma questão de tempo; situações semelhantes de passado colonial comum e de busca de autonomização e identidade tecem os laços que cedo ou tarde serão reconhecidos, favorecendo a fertilidade das trocas interculturais";
— Uma resposta pessimista: a francofonia na América Latina está recuando; e encontra-se em perda acelerada de velocidade, pois disciplinas fundamentais a seu desenvolvimento, como o comparativismo literário, não se renovam e continuam a pautar sua reflexão crítica no sentido centro-periferia;
— Uma terceira possibilidade: a terceira margem do rio de que fala João Guimarães Rosa: a Francofonia será o que nós fizemos dela, nós leitores, aluno, professores, pesquisadores e críticos latino-americanos".

A professora de Literatura Francesa Comparada de Pós-Graduação em Letras da Ufrgs, presidente da Associação Brasileira de Estudos Canadenses (Abecan) e pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Zilá Bernd, receberá das mãos do primeiro-ministro do Canadá, Jean Chrétien, uma das mais importantes condecorações do país: a Ordem Nacional do Quebec. A homenagem acontecerá em abril, durante a Cúpula das Américas 2001, evento que reunirá 34 chefes de Estado dos países-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), entre eles o Brasil.

Esta é a primeira vez que um latino-americano recebe a insígnia. Para Zilá Bernd, trata-se do reconhecimento, pelo Ministério das Relações Internacionais do Canadá, de um trabalho de vinte anos de dedicação à integração, pesquisa e divulgação da língua e literaturas francófonas (de países de língua francesa) no Brasil. Zilá também foi convidada a ministrar uma das cinco grandes conferências da Feira Internacional do Livro, que acontecerá durante a Cúpula. O tema não poderia ser diferente: "Brasil e Quebec: possibilidades de diálogo".

Zilá Bernd iniciou sua carreira profissional há 34 anos, em 1967, quando concluiu o Curso de Letras (Língua Portuguesa e Literatura Brasileira; Língua e Literatura Francesa) e começou a lecionar francês no Colégio Estadual Infante Dom Henrique, em Porto Alegre. Mas entre 1970 e 1972 as línguas estrangeiras foram quase

abolidas do currículo das escolas estaduais, o que fez com que a professora trocasse o francês pelas disciplinas de português e Literatura Brasileira. A estréia na Ufrgs foi em 1972, quando foi contratada para ministrar aulas de Redação Técnica para o Ciclo Básico (ou Primeiro Ciclo). Em seguida, ingressou no Mestrado de Literatura Brasileira da Ufrgs, defendendo sua tese sobre a "Trilogia do Gaúcho a Pé", de Cyro Martins, três anos depois. Quase paralelamente, o Caderno de Sábado do Correio do Povo publicou seus artigos sobre a Literatura Brasileira, mais precisamente entre 1975 e 1978. Ao final deste período, ressurgiu a possibilidade de lecionar o francês. Zilá recebeu a proposta da Ufrgs de substituir um professor do Setor de Francês do Instituto de Letras, em 1980, mesmo ano em que foi aprovada para uma bolsa no Programa de Estágio para Professores Latino-Americanos de Francês, promovido pela Universidade Laval e pelo Ministério das Relações Internacionais, ambos de Quebec.

Zilá conta que na época o ensino da língua era totalmente voltado para a cultura francesa da França. Não se pensava em lecionar culturas francófonas, como dos países americanos e africanos. O Quebec, então, tomou a iniciativa de motivar professores para abrir esta perspectiva. Foi seduzida pela idéia, tornando-se a pioneira no Brasil nos estudos de culturas francófonas.

Entretanto, seus estudos sempre tiveram como princípio básico a troca de conhecimentos. De 1980 para cá, diversos acordos foram firmados com universidades canadenses, foram fundados centros de cultura brasileiros no Canadá, além da publicação de dezenas de livros, artigos, antologias e traduções.

Tudo este trabalho permitiu que a Ufrgs proporcionasse à pesquisadora liberdade para modificar currículos, primeiro na graduação depois na pós-graduação e no mestrado, além da inclusão do "Doutorado em Literaturas Francófonas".

Hoje, Zilá Bernd se sente realizada. "Meu trabalho deu certo porque pude contar com o apoio de estudantes, colegas gaúchos e de todo o Brasil, formando esta rede que propiciou um conhecimento recíproco muito maior com o Canadá", afirma ela.

ORELHA

CIORAN

Exercícios de admiração

Exercícios de admiração
Ensaio e perfis
Cioran

Reflexões do escritor e filósofo romeno sobre diversos artistas, principalmente escritores euro-

peus. Traz seu agudo ponto-de-vista sobre esses autores, tanto dos que admira quanto de seus desafetos estéticos.

Editora Rocco.



O direito à fala

A questão do preconceito lingüístico

Heronides Maurílio de Melo Moura
Fábio Lopes da Silva (orgs.)

Discute temas como a Lei dos Estrangeiros, a linguagem politicamente correta, o preconceito lingüístico nas novelas de TV, os professores de gramática na mídia, o ensino de língua estrangeira, entre outros. Editora Insular. 128p. R\$ 15,00

Boletim da Alab

Associação de Lingüística Aplicada do Brasil

Traz um debate sobre os projetos de lei dos deputados Aldo Rebelo (PC do B-SP) e Jussara Cony (PC do B-RS), que tratam da proteção da língua portuguesa. São nove artigos de lingüistas do País inteiro sobre o polêmico assunto. ALAB. 92p. R\$ 5,00.

Boletim da ALAB



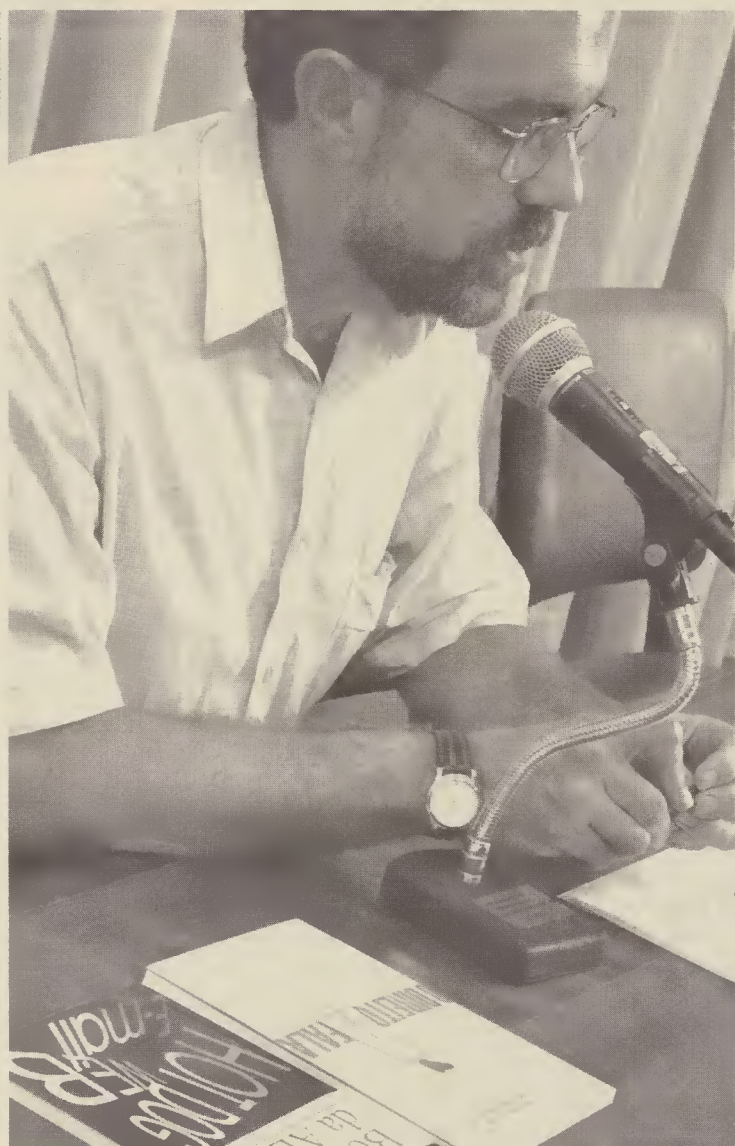
WWW

Jornais

☒ www.700jornais.cjb.net
Portal com links para jornais do mundo inteiro, dividido por continente, país, e, eventualmente, estados.

Rebeldes

☒ www.indymedia.org
Página ligada aos movimentos sociais rebeldes surgidos em Seattle, em 1999. Espécie de agência de notícias rebelde, contém a história de todos os protestos ocorridos e o calendário dos que virão.



"As ideologias operam aqui e em português"

Carlos Alberto Faraco, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), esteve dia 30 de março, pela manhã, no auditório da Faculdade de Economia, tratando do projeto de lei do deputado federal Aldo Rebelo (PC do B - SP), aprovado na véspera pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. O projeto regula o uso de estrangeirismos em estabelecimentos comerciais e na mídia, e dispõe sobre a defesa da Língua Portuguesa dos ataques dos idiomas hegemônicos, especialmente o inglês, língua oficial da globalização econômica. No Rio Grande do Sul, um projeto similar, de autoria da deputada Jussara Cony (PcdoB), está tramitando na Assembléia Legislativa. Faraco é autor de livros sobre lingüística, entre eles "Introdução ao Pensamento de Bakhtin" (sobre o pensador russo Mikail Bakhtin), que também foi objeto do debate. Destacando os pontos em que diverge do deputado paulista, ele lamentou a notícia, dada logo após a palestra, de que o projeto havia sido aprovado em Brasília no dia anterior. "Espero que não vá mais adiante", comentou.

Jéferson Assunção

de Rebelo um "oportunismo". Por quê?

Faraco - Eu não gostaria de julgar o deputado como oportunista, porque afinal ele tem um currículo político relevante, mas muitas pessoas na imprensa apontaram nessa direção. Não há dúvida de que o projeto atende a certos segmentos sociais e neste sentido ganhou um espaço midiático que, infelizmente, a questão da língua no Brasil não consegue ganhar.

Adverso - A Língua Portuguesa, então, não está ameaçada, conforme o deputado Rebelo argumenta?

Faraco - De forma alguma. Esse discurso, me desculpe a expressão forte, é um discurso histérico. Ela não está de forma alguma ameaçada. Ao contrário, a língua portuguesa no Brasil tem uma política lingüística poderosamente definida no século XVIII. A elite brasileira trabalha nessa direção, o Estado brasileiro trabalha nessa direção, portanto, a língua portuguesa é hegemônica hoje e está num plano ascendente. E muito mais a língua portuguesa falada no Brasil, escrita no Brasil, do que a falada em outros contextos, seja o europeu, o africano ou o asiático. A língua portuguesa no Brasil é, hoje, uma realidade lingüística extremamente dinâmica e em franco desenvolvimento. Não há nenhuma ameaça a ela, nem dessa meia-dúzia de palavras estrangeiras que circulam. Eu digo meia dúzia porque o levantamento que se tem é que não chegam a 400 as palavras que nós incorporamos do inglês nos últimos 100 anos, num vocabulário que é constituído de 500 mil palavras. Dá para colocar outro dado. O vocabulário português, como o de outras línguas européias, saiu de 40 mil palavras no começo do século XVI e tem hoje 500 mil palavras. Exatamente, multiplica por dez ou mais o tamanho vocabular do português pela dinâmica cultural e histórica de apropriação dos estrangeirismos.

Adverso - O senhor diz, também que os estrangeirismos usados no comércio, nas fachadas de lojas, por um certo período de tempo, não são, depois, incorporados por quem fala português. Por quê?

Faraco - Elas são uma moda comercial, que se extingue rapidamente. Pode ver hoje mesmo. Vários elementos que estavam no comércio, que eram palavras estrangeiras, e que já desapareceram. Havia um tempo em que várias lojas tinham a palavra inglesa "sale". Não têm mais. Passou. Então, é outra vez o exemplo de como funciona a dinâmica da língua, da relação das palavras que vêm de outro idioma.

Adverso - Do ponto de vista do deputado, essas palavras são encaradas como uma forma de dominação de uma ideologia hegemônica. Elas não seriam apenas palavras vindas de fora do país, de outras culturas, mas trazidas pelo mercado com um peso ideológico. Como o senhor vê isso?

Faraco - Muita gente acha que ao incorporar meia dúzia de palavras do inglês, as pessoas estão incorporando uma ideologia de subordinação. Eu costumo dizer que o inglês é a língua de Shakespeare, Charles Dickens, Walt Whitman, Willian Falkner, assim como é a língua do Citybank, do McDodald's, assim por diante. Então, a coisa é contraditória e é nesta perspectiva que nós temos que ver. Além disso, nós não importamos ideologias, as ideologias já estão operando e funcionando aqui e em português, sem nenhuma necessidade de palavras estrangeiras.

"As pessoas são avaliadas como inteligentes ou ignorantes pela maneira como falam"

Adverso - O que seria uma política adequada para a questão lingüística no País?

Faraco - A questão da política lingüística no Brasil tem que ser aberta e neste sentido o deputado tem um mérito, sem dúvida nenhuma, porque ele acabou levantando esta questão, mesmo por caminhos tortos. Infelizmente, ela não se abriu como deveria se abrir. Nós temos que fazer uma discussão clara da diversidade lingüística do Brasil, do reconhecimento desta diversidade, que abarque as múltiplas línguas que aqui se falam. Temos que reconhecer a multiplicidade de "portugueses" que aqui se falam e aqui se escrevem. E nós temos que, principalmente, e neste sentido o projeto do deputado é um desastre, temos que, principalmente, fazer uma discussão crítica, aberta, dos preconceitos lingüísticos que corroem as nossas relações sociais. E não são corrosões de pequena monta, são de grande monta, e a monta maior é que nós não reconhecemos que eles existem, o que é pior.

Adverso - O que são esses preconceitos?

Faraco - Nós temos vários preconceitos. As pessoas são avaliadas como inteligentes ou ignorantes pela maneira como elas falam, pela forma como elas pronunciam, pelo vocabulário que elas utilizam e isso é absolutamente destrutivo das relações sociais.

*

Faraco: O deputado Aldo Rebelo ignora o funcionamento das línguas humanas, o que é lastimável

AD verso **Por que não se deveria restringir o uso de estrangeirismos no Brasil?**

Carlos Alberto Faraco - Porque toda a história da Língua Portuguesa mostra que os falantes incorporam línguas estrangeiras da mesma forma como as desincorporam. Portanto, não é correta essa concepção unidirecional de que o Brasil incorpora palavras, de subordinação ideológica. A questão é mais complexa. Precisamos vê-la numa perspectiva mais complexa. Temos casos muito próximos de nós, inclusive na informática, por exemplo, em que isso é mais do que visível. Na verdade, os falantes adotam determinadas expressões e, depois, muito rapidamente, desadotam, jogam fora. Então, se essa dinâmica sempre foi assim, se ela redundou sempre em enriquecimento da língua e não em empobrecimento, em descaracterização, eu não vejo a menor lógica num ato legislativo que vai apenas criar embaraços para um processo que a cultura resolve por conta própria.

"Muita gente acha que ao incorporar meia dúzia de palavras estão incorporando uma ideologia"

Adverso - Quais são suas principais críticas ao projeto de lei do deputado Aldo Rebelo?

Faraco - A nossa crítica tem duas direções. Uma é que a questão dos estrangeirismos não pode ser tratada como o deputado quer. Da forma como ele coloca, há um falseamento da questão. Ele ignora a história da língua e o funcionamento das línguas humanas, o que é lastimável. De outro lado, há uma crítica política, porque ao reafirmar a noção de uma língua pura, única, o deputado reitera o pior discurso no que diz à questão da língua no Brasil.

Adverso - Recentemente, o senhor publicou um artigo no Caderno Mais!, da Folha de S. Paulo, em que, entre outras coisas, considera o projeto de lei